

A segunda parte, centro da obra, trata da emancipação propriamente dita, dentro do processo revolucionário francês e abrange os anos de 1789 a 1792. O Autor baseia-se em atas e vai mostrando os debates que se estabelecem com um grupo exigindo a emancipação civil dos judeus, enquanto uma minoria, notadamente da França Oriental, resistia a isso.

A última parte do livro busca mostrar as contradições da emancipação: "A igualdade da Revolução no Segundo Império". É o capítulo mais abrangente e mais analítico, já que mostra a França como "nação paladina dos direitos civis", chegando mesmo a interferir junto à Suíça, no sentido de fazer chegar lá a emancipação judaica.

A obra é complementada por vasta bibliografia que, modestamente, o autor arrola como "um simples resumo" do material existente. Inclui, como seria natural supor, num trabalho dessa natureza, fontes manuscritas e impressas, devidamente classificadas segundo o capítulo do livro correspondente. No final da obra, aparece um utilíssimo *index*, tão necessário em obras congêneres e tão desprezado pelos editores nacionais.

Em nível de avaliação, a utilidade da obra salta aos olhos. Se explicitamente não estabelece algumas articulações que se nos pareceriam necessárias, após trabalho de tal fôlego, ao menos fornece precioso material de trabalho, principalmente àqueles que, através da história dos judeus, pretendem compreender melhor o processo histórico como um todo.

JAIME PINSKY

* * *

CORREIA (Ana Maria Martínez). — *A rebelião de 1924 em São Paulo*. Coleção Estudos Brasileiros, 2. (Direção de Jaime Pinsky). São Paulo, HUCITEC. 1976, 201 pp.

A publicação em livro da tese de Ana Maria Martínez Corrêa põe ao alcance de todos os interessados nos problemas do Brasil um trabalho acadêmico feito com o máximo de rigor, seja na metodologia, seja na extrema capacidade de pesquisa de quem se revela com muita habilitação para o labor historiográfico. Às qualidades da autora acrescente-se o sentido criativo, de quem tem não só esforço e dedicação, entendimento do conjunto comprovado na arquitetura da obra, como apreciável imaginação.

O que prende e seduz no livro não é o estudo do movimento que houve em São Paulo em 1924, cujo processo é feito com rigor, no quadro minucioso dos antecedentes da participação do militar na política, no protesto contra as

distorções do ideal republicano: o grupo militar considerava a imposição do novo sistema em 1889 como obra sua — o que é em parte certo —, mas não se verificou a mudança que se pretendia, a República se revelava falha em quase toda linha e os militares atribuíam aos civis os erros ou a falência. Aos poucos cria-se ambiente que favorece a insatisfação, até que na década de Vinte surge o grupo dos Tenentes, que terá importância decisiva na vida do país, do episódio do Forte de Copacabana a 24 — estudado aqui —, à Coluna Prestes, à Revolução de 30 e aos anos seguintes, até que se dilui ou é desfigurado pela atuação do presidente Vargas, o grande beneficiado do trabalho dos militares atuantes, que o usa na medida do necessário e depois acaba por torná-lo dispensável, pela adoção e prática do que pregava. Se faltou um corpo coerente de idéias e reivindicações ao Tenentismo, não foi difícil esvaziá-lo, com a realização de algumas providências que eram por seus adeptos sugeridas ou pedidas.

Se não é a reconstituição dos episódios de 24 que prende o leitor — como se afirmava no começo da resenha —, é que o livro oferece material rico à reflexão dos dias de hoje, quando outras participações de militares ou contestações da ordem tiveram lugar. É fascinante ver o que foi o comportamento militar em 24 e o que é depois; pode-se perceber como o grupo amadureceu, como o país mudou, como posições se consolidaram ou se inverteram. No episódio de 24 não houve uma revolução, embora os protagonistas se apresentassem como revolucionários. Com bons motivos a autora batizou seu livro como *a rebelião*, não *a revolução*, que esta tem um caráter de abrangência e profundidade que raramente se verifica: o uso da palavra na conversa e na literatura, criativa ou científica, é apenas abuso e deve ser retificado na produção científica, como na História, tão bem cultivada pela jovem professora de São Paulo.

É curioso ver como muito esforço, depois de alguma conspiração, os militares tomam conta de São Paulo: ato de indisciplina, tem um sentido político, mas eles não aproveitam a vitória para criação de um poder político. Não estava no programa nem na prática: sempre falaram em “restaurar a República”, livrá-la dos vícios que a corrompiam, afastando as distorções do governo para entregá-la a outros — não se sabia quem — mais capazes de conduzir a coisa pública de conformidade com o ideário que supunham devia reger a nação. Ocupando a Capital, não pensaram em manter-se no poder. Não havia ainda um projeto dos militares para a direção ou purificação do Brasil, que amadureceria depois, como se vê em outros instantes em que tiveram influência na vida pública, sobretudo desde 64, que é o apogeu do militar, quando se pretende impor uma diretriz, como todo um programa, que não exclui o civil, mas este, como simples cidadão ou político atuante, deve submeter-se a nova filosofia política, com a qual colabora de modo decisivo, por convicção, cooptação ou conveniência, desejo de algum papel, de sobreviver na vida pública.

Para a análise que se propôs, a autora realizou pesquisa ampla e que se pode ver como exemplar. Consultou milhares de documentos, públicos e

privados; leu os jornais da época, confrontou notícias e opiniões; estudou as dezenas de livros que se editaram sobre o assunto ou que interessam a ele; apelou para a literatura (Oswald de Andrade, sobretudo). A principal fonte que lhe permitiu construir a obra foi o processo os envolvidos na luta, arquivado na Primeira Vara da Justiça Federal de São Paulo, e, com sua extinção, desde 1937, de posse da Justiça do Estado de São Paulo, depositado no Arquivo do Tribunal. De seu vulto, tem-se noção com o informe de que “inclui tanto a parte policial dos inquéritos, como a parte jurídica propriamente dita. São 170 volumes (num total de 18.715 folhas) (...) Contém 5.676 documentos, 170 fotografias, 2.217 declarações e 1.693 depoimentos” (p. 5).

Compulsando tanto material informativo, pode reconstituir o painel dos acontecimentos, com todas as minúcias e vendo a ação de todos os segmentos sociais. Importante é que a historiadora dispõe de bom instrumental interpretativo, que são livros de Ciência Política, Sociologia e Economia, como se vê com o uso de conceitos ou colocações de autores como Poulantzas, Gramsci, Rosa Luxemburgo, ou os intérpretes da realidade dos anos vinte, como Nícia Vilela Luz, Edgar Carone, Boris Fausto, Celso Furtado e outros. Não é um pesquisador que se contenta com o documento e o transcreve ou resume, mas que vê nele o conteúdo que não é expresso, seu potencial. Daí escrever uma História realmente rica: se parte do pequeno volume é reconstituição de episódios, o essencial é buscar as atitudes, os comportamentos, as mentalidades, as relações entre as classes ou seus diversos componentes. O que se tem, pois, não é só o militar que ocupa o poder, mas o banqueiro, o comerciante, o operário, o industrial, o produtor que se liga à exploração da lavoura, todo o povo, enfim. É um relacionamento complexo que se estabelece e é bem visto e exposto pela autora, cuidadosa na procura da informação e sutil em distinguir os papéis dos diferentes setores.

O movimento se presta bem à análise: militares rebeldes obrigam o governo de São Paulo a abandonar a capital e ocupam o poder. Não desejam exercê-lo, no entanto, mas entregá-lo a quem lhes parece mais capaz e digno. Tanto que, indispostos com as autoridades estaduais, que forçam a ir para o interior, mantêm relações com o poder municipal, com os comerciantes, industriais, financistas, operários — pouco, pela atitude de reserva ou temor —, até com o poder federal, com o qual negociam.

Poder-se-ia colocar o problema: por que os eventuais detentores do poder não o organizaram em seu benefício? A autora não enfrenta a questão. O que transparece de seu estudo é que não tinham o intento, nem estavam preparados para ele, por falta de um projeto próprio e pela situação irregular em que viviam: é claro que a indisciplina não seria reconhecida pelas forças políticas tradicionais do Estado nem da República, de modo que a derrota era fatal. O que fere mais a atenção, no entanto, não é a falta de perspectiva, mas a falta de projeto — o que não aconteceria a militares em períodos posteriores, como se comprova com a História recente do Brasil.

Não houve revolução: como se escreve, “um dos aspectos aparentemente mais contraditórios do Movimento de 1924 está em que ele ao mesmo tempo que se insurge contra os poderes constituídos, recorre à própria Constituição, fundamento daqueles poderes, para legitimar-se” (p. 183). Ou: “o movimento planejado e executado por militares, poderia ser confundido com um levante motivado por questões internas ao aparelho repressivo do Estado, ser encarado apenas como um ato de indisciplina militar e não ato político. Essa possibilidade deve ser afastada, pois desde seus primórdios o movimento esteve centrado na luta pelo poder (...). Ao se levantar contra as autoridades no poder não propunham a destruição do Estado (não estavam contra ele), propunham a volta a uma situação considerada como ideal” (p. 184). Mais: “o movimento de 1924 pode ser considerado movimento militar, uma vez que foi promovido por militares; ato de indisciplina, pois se iniciou de insubordinação em quartéis, ato político, pois visava a tomada do poder; mas não significou a realização de uma política militarista” (p. 185).

Para a autora, o movimento é “corretivo” e vê o militar colaborando “com a necessidade social de ingresso no nível político de fração de classes burguesas, ligada ao setor industrial que, embora não estivesse em oposição franca com o setor agrário, esboçava contra esta uma luta pelo poder...” (p. 185). Os militares se colocam a favor de “classes dominadas”, no caso citado, mas não mostram receptividade para as questões operárias. Atitude de significado não muito expressivo, pois. O movimento não tinha mesmo perspectivas, e o resultado foi abandonar a capital, as posições adquiridas, que faltava a seus chefes a capacidade de explorar as dissensões existentes: não tinham experiência política nem gosto por ela os chefes de 1924, além de ser muito forte o esquema tradicional, que acabaria por abafá-los.

É boa a arquitetura do livro, com divisão funcional. As três partes se articulam bem, completando-se com a Introdução e as Conclusões. Alguns itens são extremamente felizes, como o que trata de “São Paulo em 1924” (p. 95-110). O forte do conjunto é o entendimento da função dos diferentes setores, que revelam na autora fina sensibilidade para a História Social. Parece-nos que falta um capítulo ou um item sobre a desagregação do movimento: como é que perdeu força, até deixar de existir, no qual ficaria bem marcado o que significou, se teve saldo ou foi episódio inconsequente.

O certo é que a rebelião de 24 é importante, nos planos estadual e nacional, pois é a emergência na vida política de um grupo que até então pouco contava e passará a contar cada vez mais. Não se esqueça também que é do movimento de 24, aliado aos remanescentes da revolta de 23 no Rio Grande do Sul, que vai sair a Coluna Prestes, que leva palavra de contestação ao interior do país, base do êxito para o que se passa em 30. O feito de 24 está na base do Brasil atual: bom pois que seja estudado como o foi, com proficiência e lucidez, pela professora Ana Maria Martínez Corrêa.

É com certo júbilo que um cultor da História lê e festeja o livro: os temas vitais da atualidade costumam ser suscitados e tratados por outros cientistas sociais que não os historiadores, ou pelos *brazilianists*. Desta vez uma historiadora se antecipou, marcando assim uma vitória para a comunidade dos que se dedicam à História. É com autores e obras assim que a História conseguirá firmar-se e obter a consideração e o êxito de outras ciências sociais, saindo do segundo plano em que ainda se encontra.

FRANCISCO IGLÉSIAS

* * *

JAGUARIBE (Hélio) e outros. — *A dependência político-econômica da América Latina*. São Paulo, Ed. Loyola, 1976, 158 p.

O presente volume traz os quatro textos debatidos na 2a. Reunião da Assembléia Geral do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, em outubro de 1968, em Lima: 1). — Hélio Jaguaribe — *Dependência e autonomia da América Latina*; 2). — Aldo Ferrer — *Indústrias básicas, integração e corporações internacionais*; 3). — Miguel S. Wionczek — *O endividamento público externo e as mudanças setoriais no investimento privado estrangeiro da América Latina*; 4). — Theotônio dos Santos — *A crise da teoria do desenvolvimento e as relações de dependência na América Latina*, e os debates dos textos:

A independência da América Latina é ainda um fato a se concretizar, mesmo passado mais de um século da declaração política de independência e, mesmo após um quarto de século da última Grande Guerra, da qual se esperava o abandono de toda forma de colonização. Neste sentido, Jaguaribe assinala as tendências estruturais da América Latina: 1). — estagnação econômica, política, social e cultural; 2). — marginalidade; 3). — desnacionalização. Três alternativas básicas são decorrentes destas tendências: dependência, autonomia e revolução. A posição dos Estados Unidos dependerá da opção por uma destas três alternativas. Daí caber aos EE.UU. o caráter passivo de manter o *status quo*, ou assumir novas formas expansionistas, através das multinacionais e dos serviços de segurança, ou enfim, optar pela ação ou composição comunitária.

O segundo texto nos menciona o perigo concretizado pela perda de controle pelo país sobre as molas fundamentais da própria economia. O debilitamento da substituição de importações, a integração dos perfis industriais e as tendências de comércio mundial de manufaturados propiciam a integração latino-americana "como a criação de um subsistema da economia internacional que modifica a estrutura de vantagens comparativas dentro da qual se desenvolve atualmente o comércio exterior da América Latina" (pág. 72).